

## ASPECTOS GERAIS

- **Função típica** → judicial (ou **jurisdicional**)  
Características:
  1. Secundária: primeiro resolver entre as partes
  2. Instrumental: é instrumento do direito
  3. Desinteressada: age conforme o direito
  4. Provocada: não age de ofício
- **Função atípica** → legislativa e administrativa  
Edição de seus regimentos internos → Licitações, concursos, contratos
- Brasil adota o sistema inglês de jurisdição  
Só o Judiciário faz **coisa julgada material**  
= inafastabilidade de jurisdição

## PODER JUDICIÁRIO

### JUSTIÇA COMUM

- Justiça Estadual (TJs e Juízes de Direito)
- Justiça Federal (TRFs e Juízes Federais)

### JUSTIÇA ESPECIAL

- Justiça do trabalho
  - Justiça militar
  - Justiça eleitoral
- Dentro os tribunais superiores, só o **STJ** não integra nenhuma justiça

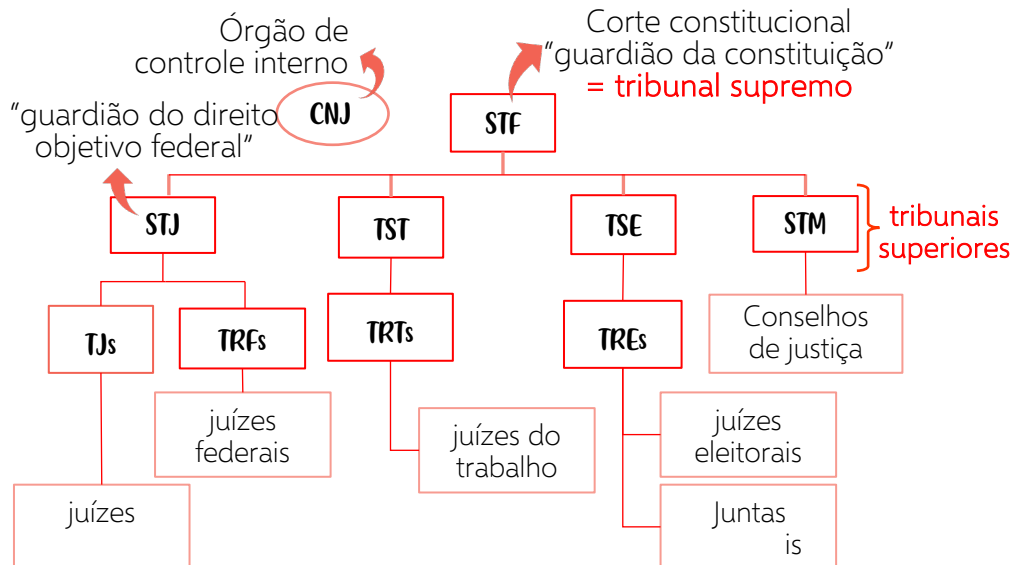
### JUIZADO ESPECIAL

- Juízes togados ou togados e leigos
- **Causas:**
  - Cíveis: de menor complexidade
  - Penais: de menor potencial ofensivo
- **Procedimentos:** oral e sumaríssimo
- **Permitidos:**
  - Transação
  - Recursos por turmas de juízes de 1º grau

### JUSTIÇA DE PAZ

- para { celebrar casamentos  
verificar a habilitação  
conciliações não jurisdicionais
- Por cidadãos eleitos (ainda não houve eleição) para mandato de 4 anos

## ESTRUTURAS



## GARANTIAS FUNCIONAIS

- Visam garantir {independência  
imparcialidade} dos

membros do judiciário

Elencadas no art. 95, CF/88

## VITALICIEDADE

- O magistrado só pode ser exonerado por **sentença judicial transitada em julgado**
- Aquisição:
  - Para juízes do primeiro grau: Após **2 anos** de exercício  
(nesse período, pode perder por deliberação do tribunal)
  - Para os que não entram no primeiro grau: desde a **posse**  
(exs.: nomeados pelo "quinto constitucional", como ministro do STF...)

## IRREDUTIBILIDADE DO SUBSÍDIO

- Proteção contra qualquer retaliação dos poderes executivo e legislativo
- Limita-se ao valor **nominal**  
(não há proteção ao valor real)

## INAMOVIBILIDADE

- Impede que o juiz seja **removido**, salvo por interesse público  
(relacionado ao princípio do juiz natural)
- Também pode: { A pedido  
Por promoção (pode recusar)
- É adquirida desde a **posse**  
(não há prazo para aquisição)

↗ Não é absoluto!

PODER  
JUDICIÁRIO

= GARANTIAS =

## GARANTIAS INSTITUCIONAIS

### AUTONOMIA

#### 1. Organizacional e administrativa

- Têm ampla competência em matéria administrativa (prover cargos, conceder licenças...)
- Podem propor ao legislativo: (dentre outros)
  - Alterações no número de membros dos tribunais inferiores
  - Criação/extinção de cargos e de tribunais inferiores
  - Alteração da organização e divisão judiciárias
  - Fixação do subsídio de seus membros

#### 2. Financeira

- Os tribunais elaboram suas próprias propostas orçamentárias  
devem estar dentro dos limites da LDO, ou o chefe do executivo procederá aos ajustes necessários

# PODER JUDICIÁRIO

## VEDAÇÕES AOS MAGISTRADOS || (art. 95)

- Fundamentadas na **ética** → manter a confiança na função jurisdicional
- Aos juízes é vedado:
  - Exercer outro cargo/função
    - Salvo uma de magistério
    - Ainda que em disponibilidade
  - Receber custas/**participação em processos**
  - Dedicar-se à **atividade político partidária**  
(deverá afastar-se definitivamente)
  - Receber auxílio** ou contribuição de
    - peças físicas ou
    - entidades públicas/privadas
 ressalvadas exceções em **lei**
  - Exercer a advocacia** no { juízo / Tribunal } do qual se afastou antes de **3 anos** do afastamento  
(aposentadoria ou exoneração)

## ESTATUTO DA MAGISTRATURA

- Deve ser estabelecido por **lei complementar**  
 Ainda **não** editada →  
 Atualmente é a LC 35/79
- Deve obedecer os **princípios** do art. 93 (CF/88)

## ESTATUTO DA MAGISTRATURA ||

### INGRESSO NA CARREIRA

- Concurso** público de provas e títulos  
 → Participação da **OAB** em todas as fases  
 → Exige-se: { Bacharelado em **direito**  
**3 anos** de atividade jurídica

### PROMOÇÃO

- De entrância para entrância
- Por **antiguidade** e **merecimento**  
 (alternadamente)  
 → Será **obrigatória** para o juiz que figurar em lista de merecimento { 3x seguidas ou 5x alternadas
- O tribunal só pode recusar o mais antigo pelo voto fundamentado de **2/3** dos membros
- Não será promovido o juiz que **retiver autos** em seu poder além do prazo legal  
 → E não pode devolvê-los sem o devido despacho/decisão
- Acesso ao tribunal de 2º grau:  
 Promoção por **antiguidade** e **merecimento**  
 (alternadamente)  
 apurados na **última/única** entrância

## ESTRUTURA REMUNERATÓRIA

- Em **subsídio** → parcela única (vedado acréscimo de gratificação, abono...)

STF

Teto remuneratório (100%)

TRIBUNAIS SUPERIORES

95% do subsídio do STF

DEMAIS MAGISTRADOS

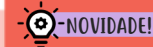
Até 95% do subsídio dos trib. superiores

Fixado em lei e **escalonados** (diferença entre classes de **5% a 10%**)

- É inconstitucional estabelecer limites **diferentes** ao judiciário federal e estadual (STF)

## REMOÇÃO E DISPONIBILIDADE

- São **sanções** aplicadas aos magistrados
- Decisão por voto de **maioria absoluta** do respectivo **tribunal** ou do **CNJ** (assegurada ampla defesa)
- Há remoção a pedido e permuta (regras da promoção)



**-NOVIDADE!**  
A reforma da previdência **retirou** da CF/88 a previsão da **aposentadoria compulsória** como **punição**

**PODER JUDICIÁRIO**  
= **ESTATUTO DA MAGISTRATURA** =

## JULGAMENTOS

- Serão todos **públicos** e suas decisões **fundamentadas**  
A lei pode limitar a presença a { partes } para preservação da intimidade do interessado e o sigilo não prejudique o interesse público
- Decisões **administrativas** serão motivadas e em sessão pública

Decisões disciplinares = Por maioria absoluta dos membros

## ININTERRUPTABILIDADE DE JURISDIÇÃO

- Atividade jurisdicional é ininterrupta
- = vedadas férias coletivas nos { juízos } tribunais de segundo grau
- Em dias em que **não** houver expediente forense, haverá juízes em **plantão** permanente

### CF/88 DETERMINA QUE:

- Número de juízes → proporcional a Demanda judicial e população
- Distribuição de processos é imediata
- Servidores poderão praticar atos de { Administração } (sem caráter decisório)

## QUINTO CONSTITUCIONAL

- TRF's e TJs → 1/5 das vagas serão de membros
  - Da advocacia → Notório saber jurídico e reputação ilibada + 10 anos de atividade profissional
  - Do MP → Mais de 10 anos de carreira
- Os órgãos de representação do MP/advocacia farão **lista sêxtupla** e tribunal faz um **lista tríplice** → Enviada ao executivo → Escolhe um em 20 dias

### OBSERVAÇÕES:

- Também se aplica a { TST  
TRT
- Não se aplica a
  - STF
  - STM
  - TSE } Só há representantes da
  - TRE } advocacia (MP não)
- Divergência sobre o STJ: nele, 1/3 dos membros são da advocacia ou MP

*PODER*  
*JUDICIÁRIO*  
= ESTATUTO DA  
MAGISTRATURA =

## ÓRGÃO ESPECIAL

- Exerce atribuições { administrativas  
jurisdicionais
- Delegadas pelo pleno
- Em tribunais com mais de 25 julgadores
- Entre 11 e 25 membros
  - Metade das vagas: antiguidade
  - Metade das vagas: eleição pelo pleno

### ⚙️-NOVIDADE! EC 130/23

- Também deverão **respeitar o quinto**:
  - remoção a pedido** de magistrados de comarca de igual entrância
  - a **permuta de magistrados** de comarca de igual entrância e do mesmo segmento de **justiça** (inclusive entre os juízes de segundo grau) vinculados a **diferentes tribunais estaduais**, federais ou do trabalho!
- a EC 130 passou a permitir a permuta entre juízes de diferentes TJs!

## OUTROS PRINCÍPIOS IMPORTANTES

- Aposentadoria e pensão pelos RPPS
- O juiz titular deve residir na respectiva comarca (salvo autorização do tribunal)

## ASPECTOS GERAIS

- Criado pela EC nº 45/2004  
(declarada constitucional pelo STF)
- Finalidade** → controle:
  - Da atuação { Administrativa Financeira do Judiciário
  - Do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes



É o órgão de controle interno do judiciário (órgão administrativo)

Não exerce função jurisdicional

## ATUAÇÃO

- O P. Judiciário é { Nacional Uno → o CNJ } não há poder judiciário municipal
- controla sua atuação em nível { Nacional e estadual
- sem qualquer violação ao pacto federativo
- É **inconstitucional** a criação de órgão de controle administrativo do judiciário por Constituição **estadual**

# PODER JUDICIÁRIO

## CONSELHO NACIONAL = DA JUSTIÇA (CNJ) =

## COMPOSIÇÃO

(15 membros)

(mandato de 2 anos + uma recondução)

- Presidente do STF
  - 1 ministro do STJ (Indicado pelo respectivo tribunal)
  - 1 ministro do TST (Indicado pelo respectivo tribunal)
  - 1 desembargador de TJ
  - 1 juiz estadual } Indicado pelo STF
  - 1 juiz de TRF
  - 1 juiz federal } Indicado pelo STJ
  - 1 juiz de TRT
  - 1 juiz do trabalho } Indicado pelo TST
  - 1 membro de MPU (indicado pelo PGR)
  - 1 membro do MPE (indicado pelo PGR)
  - 2 advogados (Indicados pelo conselho federal da OAB)
  - 2 cidadãos (1 indicado pelo Senado e 1 pela Câmara dos Deputados)
- De notável saber jurídico e reputação ilibada

- Presidente do CNJ = presidente do STF
- Ausências e impedimentos** = vice-presidente do STF

2 a 13 são nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Senado

PGR e presidente do conselho federal da OAB oficiam junto ao CNJ (não são membros)

# PODER JUDICIÁRIO

## CONSELHO NACIONAL = DA JUSTIÇA (CNJ) =



### MINISTRO-CORREGEDOR

- Exercida pelo ministro do STJ
- Fica excluído da distribuição de processos

### COMPETÊNCIAS

- Receber reclamações/denúncias relativas a { Magistrados  
Serviços judiciários
- Funções executivas do conselho (inspeção e correição geral)
- Requisitar/designar magistrados e servidores

### JULGAMENTOS DOS MEMBROS

- Crimes de responsabilidade:** pelo Senado Federal
- Crimes comuns:**
  - Não há previsão de foro especial! Cada membro será julgado conforme sua origem (STF, STJ...) pelo tribunal correspondente



### COMPETÊNCIAS (rol não exaustivo)

- Zelar pela autonomia do judiciário e pelo cumprimento do estatuto da magistratura
  - Tem poder **regulamentar** (edita normas primárias)
- Apreciar (de ofício ou por provocação) a **legalidade dos atos** administrativos dos membros do judiciário
  - CNJ pode { desconstruí-los  
revê-los  
fixar prazo para adequação
  - (não pode fazer controle de constitucionalidade dos atos!)
  - IMPORTANTE!** O CNJ não pode examinar os atos de natureza jurisdicional!
- Receber reclamações contra membros do poder judiciário
  - Pode { Avocar processos disciplinares em curso  
Determinar { Remoção  
Disponibilidade  
Aplicar outras sanções administrativas
- Representar ao MP: { Crime contra a adm. pública  
Abuso de autoridade
- Rever (de ofício ou por provocação) processos disciplinares de juízes/membros de tribunal julgados há **menos de 1 ano (poder revisional)**
- Elaborar relatórios
  - Semestrais: processos e sentenças por unidade da federação.
  - Anuais: providências sobre situação do judiciário